Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho residencial
António José Ferreira de Castro dos Santos Menano (a). Ilda Guterres da Cruz	Técnico superior de 2.ª classe. Assistente administrativa	Licenciatura em Direito Seis anos de escolaridade administrativa.	Direito Administrativa	Figueira da Foz. Cascais.
Isabel Celina Viegas Pires Afonso(a). José Luís Tocha Antunes dos Santos.	Assistente hospitalar Técnico superior principal	Licenciatura em Medicina Patologia Clínica. Mestrado em Geologia de Engenharia.	Saúde Engenharia	Faro. Oeiras.
Margarida Maria Oliveira S. M. Páramos Merino. Maria Henriqueta Belga Ribeiro Soares.	Técnica especialista (técnico de diagnóstico e terapêutica). Técnica superior de 1.ª classe	12 anos de escolaridade Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas.	Terapia ocupacional Ciências Sociais e Políticas	Lisboa. Cascais.

(a) Pessoal abrangido pelo Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril.

3 de Outubro de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros

Aviso n.º 11 297/2006

Por despacho da subdirectora-geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, proferido por delegação de competências, de 27 de Setembro de 2006, foram nomeados, precedendo aprovação em concurso, em comissão de serviço extraordinária, para a realização de estágio de especialista de informática do grau 1, nível 2, da carreira de especialista de informática na Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, os licenciados Bruno Emanuel Monteiro Almeida, especialista de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, Bruno Pedro de Melo Martins Correia, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Alexandre Miguel Morgado Martins, especialista de informática do grau 2, nível 1, do quadro de pessoal do Instituto de Informática do Ministério das Finanças e da Administração Pública, Clara Maria Matias Silva, assistente administrativa principal do quadro de pessoal do Centro Hospitalar de Torres Vedras, Pedro Miguel da Costa Nunes Portugal, técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Fernando José Ferreira dos Santos Ruas, técnico de administração tributária-adjunto do nível 2, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, Rui Pedro Sobral Martins, técnico de informática do grau 1, nível 2, do quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E., Unidade Hospitalar de Bragança, Manuel José Gante Ferreira Esteves, técnico profissional de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, e Gonçalo Nuno da Silva Baptista, professor de informática de nomeação provisória do quadro de zona pedagógica da península de Setúbal. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, em substituição, *Maria de Fátima Braz*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho n.º 21 326/2006

Considerando que a servidão radioelétrica de protecção à ligação hertziana entre os centros radioelétricos formados pela estação terrena de Fajã de Cima e pelo centro de telecomunicações de Ponta Delgada, incluindo um reflector passivo situado numa elevação de nome Pico da Batalha, pertencentes à, então, Companhia Portuguesa Rádio Marconi, não tem actualmente razão de existir, nos termos definidos no Decreto Regulamentar n.º 27/84, de 20 de Março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 67, de 20 de Março de 1984, em virtude de ter sido desactivada a ligação que aquela servidão protegia;

Considerando que o direito de propriedade deve presumir-se livre e que a servidão traduz um encargo, o qual só deve existir quando

for necessário, isto é, enquanto a coisa dominante exercer a utilidade pública que determinou a sua constituição;

Atento o disposto nos artigos 5.º e 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — As áreas adjacentes ao percurso da ligação hertziana entre os centros radioelétricos formados pela estação terrena de Fajã de Cima e pelo centro de telecomunicações de Ponta Delgada, numa distância de 8,3 km, são desoneradas da servidão radioelétrica e das outras restrições da utilidade pública a que estavam sujeitas.

2 — É revogado o Decreto Regulamentar n.º 27/84, de 20 de Março, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 67, de 20 de Março de 1984.

21 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 21 327/2006

Considerando que a servidão radioelétrica de protecção da ligação hertziana entre os centros radioelétricos da Trindade e do Barreiro, situados, respectivamente, na Rua Nova da Trindade, 7, em Lisboa, e na Rua de D. Manuel I, 5-C, no Barreiro, e pertencentes à Portugal Telecom Comunicações, S. A., não tem actualmente razão de existir nos termos definidos no Decreto n.º 82/79, de 3 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 178, de 3 de Agosto de 1979, em virtude de ter sido desactivada a estação da Trindade;

Considerando que o direito de propriedade deve presumir-se livre e que a servidão traduz um encargo, o qual só deve existir quando for necessário, isto é, enquanto a coisa dominante exercer a utilidade pública que determinou a sua constituição;

Atento o disposto nos artigos 5.º e 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 597/73, de 7 de Novembro, e no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio, determina-se o seguinte:

1 — As áreas adjacentes ao percurso da ligação hertziana entre os centros radioelétricos da Trindade e do Barreiro, na distância de 8 km, pertencente à Portugal Telecom Comunicações, S. A., são desoneradas da servidão radioelétrica e das outras restrições de utilidade pública a que estavam sujeitas.

2 — É revogado o Decreto n.º 82/79, de 3 de Agosto, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 178, de 3 de Agosto de 1979.

4 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 21 328/2006

Considerando que, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005, de 29 de Setembro, foi determinada a criação de equipas de projecto, para acompanhamento do estudo e implementação dos grandes projectos que envolvam investimento público superior a € 250 000 000;

Considerando que o Governo assumiu a necessidade de promover o relançamento do processo relativo ao novo aeroporto de Lisboa, designadamente face ao previsível esgotamento, a médio prazo, do aeroporto da Portela;

Considerando que aquele propósito pressupõe a redefinição do calendário da construção do novo aeroporto à luz dos dados actuais sobre o desenvolvimento expectável do tráfego e tendo em conta a disponibilidade de financiamento comunitário para a programação

do projecto, bem como a reavaliação dos estudos e das soluções técnicas e financeiras a adoptar, conforme decorre do Programa do Governo e das Grandes Opções do Plano;

Considerando que, através do Decreto-Lei n.º 109/98, de 24 de Abril, o Estado constituiu a NAER — Novo Aeroporto, S. A. (NAER), empresa pública sob a forma societária que tem como objecto estatutário, justamente, o desenvolvimento dos trabalhos necessários à preparação e execução das decisões referentes aos processos de planeamento e lançamento da construção de um novo aeroporto em Portugal continental;

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 24/2006, de 16 de Fevereiro, sobre o Programa de Privatizações para o biénio 2006-2007, prevê a privatização da ANA — Aeroportos de Portugal, S. A. (ANA), e a concertação desta operação com a opção a tomar sobre o modelo de contratualização do novo aeroporto, o que determina a necessidade de uma intervenção conjunta do Ministério das Finanças e da Administração Pública e do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, com vista à definição do modelo a adoptar e do momento mais oportuno;

Considerando ainda que a dimensão e a natureza do projecto determinam a necessidade de coordenação relativa a aspectos ambientais, de ordenamento do território e de inserção na rede de infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias de transportes;

Assim, nos termos do n.º 4 da mencionada Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005, o Ministro de Estado e das Finanças e o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, determinam o seguinte:

1 — Criar uma equipa de projecto, para acompanhamento do estudo e implementação do projecto do novo aeroporto de Lisboa, em articulação com a privatização da ANA, S. A., composta por quatro elementos, a saber:

a) Dr.ª Ana Maria Bencatel e Dr. Vítor Manuel Baptista de Almeida, em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública;

b) Dr. Vasco José Martins Gueifão e engenheiro João Manuel de Sousa Marques, em representação do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

2 — A coordenação da equipa de projecto será efectuada por um elemento nomeado conjuntamente pelo Ministro de Estado e das Finanças e pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, de entre os elementos nomeados nos termos do número anterior ou não.

3 — Propor ao Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional a nomeação de um seu representante para integrar a equipa de projecto, tendo em conta as óbvias implicações do projecto em áreas da competência do respectivo ministério.

4 — No âmbito da missão descrita no n.º 1, definir para a equipa de projecto ora criada as seguintes atribuições:

a) Assegurar o acompanhamento do projecto, ao longo das suas diversas fases, com vista à sua adequada inserção nos objectivos do Governo, bem como o rigor na aplicação dos recursos públicos;

b) Garantir uma eficaz articulação entre os serviços e organismos dos Ministérios envolvidos, com vista a imprimir maior celeridade e eficácia à sua acção, em benefício do respectivo projecto;

c) Tomar conhecimento e antecipar eventuais dificuldades na concretização do projecto e propor ao Governo a adopção de soluções para as mesmas.

5 — A equipa de projecto deve apresentar trimestralmente aos membros do Governo que procederam à sua nomeação um relatório sintético dos desenvolvimentos registados pelo projecto, nos termos do n.º 7 da mencionada Resolução do Conselho de Ministros n.º 163/2005.

6 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a equipa de projecto deve manter o Ministério das Finanças e da Administração Pública e o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações permanentemente informados sobre as matérias com relevo para a privatização da ANA e para o modelo estratégico do novo aeroporto.

7 — A ANA e a NAER devem prestar à equipa de projecto toda a informação necessária ao cumprimento da sua missão, podendo solicitar a sua colaboração para ultrapassar factos ou situações que dificultem o normal desenvolvimento do projecto.

8 — O apoio administrativo ao funcionamento da equipa de projecto é prestado pela NAER.

9 — A participação na equipa de projecto não confere direito a qualquer remuneração adicional, sendo as despesas decorrentes do seu funcionamento repartidas pelos orçamentos dos serviços e organismos de origem.

18 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Despacho n.º 21 329/2006

O protocolo celebrado, em 28 de Setembro de 2001, entre a REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P., adiante designada por REFER, a Câmara Municipal do Porto, adiante designada por CMP, e a Metro da Área Metropolitana do Porto, S. A., adiante designada por Metro do Porto, S. A., estabeleceu as bases de colaboração tendentes à concretização do interface de Campanhã. Em 24 de Outubro de 2003, procederam as partes signatárias à revisão e actualização dos termos convencionados no referido protocolo.

O protocolo fixou as condições para a promoção e elaboração do projecto do interface de Campanhã, sua concretização em obra e inerente financiamento, cometendo à REFER a tarefa de entidade promotora e a obrigação de se constituir como financiadora do empreendimento.

A aprovação, pela CMP, de viabilidade construtiva para os espaços integrados no domínio público ferroviário veio garantir à REFER as condições que asseguram o autofinanciamento parcial da operação.

Por outro lado, as obras de construção das infra-estruturas públicas de serviço ao interface de Campanhã têm vindo a decorrer com normalidade, estando já concluídos o terminal poente, que inclui o terminal das linhas ferroviárias de Douro e Minho, a estação de metro de Campanhã e o terminal rodoviário urbano, encontrando-se em execução as obras de parte do estacionamento público poente para transporte individual.

Uma parte da capacidade construtiva, com a viabilidade mencionada anteriormente, é destinada à edificação do complexo de serviços poente, a implantar no espaço aéreo sobre o terminal de Douro e Minho.

Os condicionamentos particulares da localização e do projecto do complexo de serviços levaram a REFER a desenvolver um modelo de negócio assente na concessão do uso privativo da laje de cobertura, construída sobre o espaço aéreo do terminal de Douro e Minho, na qual é implantada a construção, bem como na concessão da exploração do empreendimento pelo prazo de 30 anos.

Assim, considerando o disposto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, determina-se o seguinte:

1 — Aprovar a construção do complexo de serviços poente a implantar no espaço aéreo sobre o terminal ferroviário de Douro e Minho no interface de Campanhã, nos termos dos projectos apresentados.

2 — Para efeitos do contrato de concessão do uso privativo da laje de cobertura sobre o espaço aéreo do terminal ferroviário de Douro e Minho no interface de Campanhã, o prazo de concessão, os montantes devidos pelo concessionário, as condições técnicas e jurídicas e o regime de penalização, incluindo os pressupostos do sequestro e do resgate da concessão, nomeadamente os respeitantes à compatibilização da concessão com a exploração ferroviária e os termos da autorização prévia para a transmissão do direito, são os constantes do anexo ao presente despacho, que dele faz parte integrante.

28 de Setembro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

ANEXO

1 — Objecto da concessão — uso privativo do direito de construção sobre a laje de cobertura do terminal ferroviário de Douro e Minho e estação do metro do Porto destinado a edificação do complexo de serviços poente, com a área de implantação de 13 235 m² e área bruta de construção de 23 018 m², de acordo com os projectos aprovados e uso privativo do direito de exploração do referido complexo de serviços poente.

2 — Prazo de concessão — o prazo da concessão será de 30 anos, não prorrogável, contados da outorga do contrato de concessão, a qual deve ter lugar nos 30 dias imediatos à publicação no *Diário da República* do presente despacho.

3 — Contrapartida devida pela entidade concessionária:

3.1 — O montante anual da contrapartida a pagar pela entidade concessionária terá um valor calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Q = VRB \times t$$

em que:

Q — valor a pagar, em euros;

VRB — valor das receitas brutas de exploração, com excepção das receitas de natureza financeira e daquelas que remunerem efectivamente a prestação de serviços ou fornecimento de bens relacionados com a administração comum do complexo e sejam comparticipadas pelos locatários;